



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



**11ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO
TERRITORIAL E BIOMAS**

01 de junho de 2005.

Centre/Ibama - Brasília/DF.

(Transcrição *ipsis verbis*)

1 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

2
3 Bom vamos dar início então, à Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas. Eu, na condição aqui de
4 representante da Secretaria Executiva do CONAMA, nesse ato, conforme Regimento, vou conduzir a reunião até
5 que essa Câmara defina a nova presidência, vamos dizer assim, da Câmara Técnica e aí nós passamos a
6 condução à pessoa, à instituição que ficar definida para presidir os trabalhos da Câmara Técnica. Bem, sem
7 maiores delongas vamos agilizar o trabalho. Então, não vamos fazer discurso de abertura como está aqui no item
8 um, apenas dar boas vinda a todos, os novos e os antigos dessa Câmara Técnica. Aqui, acho que de novos temos
9 o Ministério do Planejamento, na figura da nossa colega Alexandra, Presidente do Serviço de Patrimônio da União.
10 Bom, eu vou passar a palavra aqui para as apresentações, que eu acho que é o item dois, apresentação dos
11 componentes da Câmara Técnica. Eu acho que é mais fácil.

12
13 **Alexandra Reschke – Secretária do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e**
14 **Gestão**

15
16 Bom dia sou a Alexandra Reschke, Secretária do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e
17 Gestão, e justamente o Ministério priorizou essa Câmara por estar dentro da renovação da Política de Gestão do
18 patrimônio da União, priorizando as ações e as políticas que dizem respeito à definição da função sócio-ambiental
19 dessas áreas que pertencem à união.

20
21 **Luiz Carlos Maretto – Kanindé**

22
23 Sou Luiz Carlos Maretto, representante da Kanindé, entidade ambientalista da região Norte.

24
25 **Marcílio Caron Neto – CNI Setor Florestal**

26
27 Marcílio Caron Neto, eu sou conselheiro titular do CONAMA e represento nessa Câmara a Confederação Nacional
28 da Indústria.

29
30 **Belizário Franco Neto – Governo do Tocantins**

31
32 Belizário Franco, eu represento a ABEMA e venho do Estado do Tocantins, também sou Conselheiro suplente do
33 CONAMA.

34
35
36 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

37
38 Meu nome é Rosalvo de Oliveira Júnior, estou aqui como Conselheiro suplente do Ministério da Integração
39 Nacional, Governo Federal.

40
41 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

42
43 Feitas as apresentações passemos para o item três que é a eleição do Presidente da Câmara Técnica. Então,
44 inicialmente como temos feito em outras Câmaras Técnicas, desde segunda-feira, nós abrimos um espaço para
45 apresentação de candidaturas. Aqueles conselheiros que se dispuserem a colaborar na presidência da Câmara
46 Técnica, por favor, que se manifestem.

47
48 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

49
50 Bom, nós estamos apresentando a nossa candidatura, do Ministério da Integração Nacional, em função até de que
51 na gestão anterior, nos outros dois anos, este Ministério junto com os outros colegas que compõe a Câmara
52 Técnica anterior, acreditamos e aí essa é uma avaliação que já foi feita também no CONAMA, de que nós fizemos
53 um bom trabalho, nós desenterramos matérias importantes, que estavam paradas há muitos anos. Apenas para
54 lembrar a questão de dunas, a questão de APP, a questão de cavernas. Então, foram todas resoluções que
55 estavam paradas, e que eu acho que nós conseguimos levar, e acredito que foi muito com algum grau de sucesso e
56 com a colaboração de todos, e aí o Ministério resolveu manter a sua candidatura, por mais dois anos, até para
57 finalizar algumas das ações das atividades que começamos do tipo, por exemplo, seminário. Temos a questão de
58 silvicultura, que temos que fazer as visitas em Belo Horizonte e continuar a discussão da proposta, e finalmente,
59 porque é uma das atribuições do Ministério da Integração, junto com o Ministério da defesa, definido em lei
60 aprovada pelo Congresso Nacional, a questão do ordenamento e gestão territorial. Por isso foi a única Câmara
61 Técnica que o Ministério pleiteou ficar, acabou ficando nessa divisão, e agora apresenta a sua candidatura.

62
63 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

64

65 Mais algum conselheiro que se candidata, ou conselheira? Parece que temos uma chapa única, é isso? O relator,
66 no momento seguinte nós definimos o relator, no item quatro. O relator não é por eleição, é por indicação da própria
67 Câmara, os membros da Câmara definem sem maiores detalhes, apenas indicação mesmo. Bom, então, se entendi
68 bem temos um candidato só à presidência, que é do Ministério da Integração. Então, peço que os senhores votem,
69 a opção é apenas no candidato único ou voto em branco, é a única alternativa, são as duas únicas alternativas. Eu
70 peço que de qualquer forma os senhores preencham aí a cédula, que nós precisamos ter o registro da votação, aí
71 nós fazemos a apuração e Aclama o resultado. Você vai votar no Ministério da Integração, e, aliás, se não votar o
72 Ministro Ciro pode até ficar também, um pouco chateado. Bom então, primeiro voto o Ministério da Integração, o
73 segundo também, o terceiro idem, o quarto também Ministério da Integração, e o quinto Ministério. Então, por
74 unanimidade na Câmara Técnica, pelo menos com esse quorum que nós temos hoje, está eleito para presidir, por
75 mais um mandato, o Ministério da integração. Como Diretor do CONAMA, eu parabenizo o Ministério da Integração,
76 eu acho que isso é resultado do trabalho que foi feito na gestão anterior, que realmente fez funcionar muito bem
77 essa Câmara Técnica, é uma das que tem tido uma atividade constante, uma produção muito boa, espero que com
78 o apoio de todos os membros, continue mais um mandato no mesmo ritmo. Aliás, pelo que eu vi da pauta aqui, com
79 novos e instigantes desafios para esse próximo mandato. Então, o próximo ponto agora, é indicação do relator do
80 Câmara Técnica. Aí o que nós solicitamos é ver se algum Conselheiro ou Conselheira se habilita a esse trabalho de
81 relator. O relator do Câmara Técnica, na verdade, não é uma função muito pesada não, porque os temas mais
82 complexos, é porque fala relator, às vezes as pessoas se assustam, tem que fazer ata das reuniões todas e tal, não
83 é bem assim. Pelo Regimento a função de relator de Câmara Técnica é apenas auxiliar o Presidente no parecer
84 sobre as matérias que vêm a debate na Câmara Técnica. Então, ele dá as vezes um posicionamento, ele reúne
85 informações sobre aquela matéria e relata a matéria na Câmara Técnica, quando não tem um Conselheiro que
86 tenha trabalhando especificamente a matéria. O que eu vi do Regimento ontem foi isso. Faz apenas um resultado
87 da reunião.

88 **Marcílio Caron Neto - CNI Setor Florestal**

89 Eu me candidato a ser o relator.

90 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

91 Perfeito, Setor Florestal, ótimo. Então, acho que estamos resolvidos com a presidência do Ministério da Integração,
92 e relatoria do representante do Setor Florestal, Dr. Marcílio. Vamos para o item cinco que é apresentação das
93 matérias que se encontram em tramitação no âmbito da Câmara Técnica. Só, que aqui é o seguinte: como nós já
94 temos Presidente definido, então eu passo agora a direção e a coordenação dos trabalhos para o Dr. Rosalvo para
95 conduzir os trabalhos, já na condição de Presidente eleito e empossado.

96 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

97 Obrigado Nilo. Eu não sei se todos tem idéia dos temas que nós temos aí pela frente para decidir, e tem mais um
98 que é aquele, Nilo, que ficou pendente do anterior, que é essa questão da resolução da silvicultura, topo de morros,
99 que tem a viagem, é o primeiro. Então, nós temos esse aqui do topo de morro, que no fundo é consolidação de
100 proposta de APP, o segundo, é o seminário do CONAMA sobre Recomposição, Recuperação e Restauração de
101 APP em Reserva Legal.

102 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

103 Presidente, eu ia sugerir exatamente isso, que desse uma panorâmica nos itens todos, e depois entrasse um por
104 um para uma discussão.

105 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

106 O outro tema que nós temos aqui é a Compensação, Recuperação e Composição da Reserva Legal, art. 44 inciso
107 III da Medida Provisória 2166/67. Regulamentação das Possibilidades de Conversão de Novas Áreas conforme
108 previsto na Medida Provisória 2166. Regulamentação do Monitoramento de Uso dos Recursos Hídricos e
109 Normatização de Metodologia de Monitoramento. Normas para Padronização dos Procedimentos de
110 Monitoramento, Tratamento, Análise e Sistematização de Dados para Elaboração do RQA, na Zona Costeira.
111 Estabelecer diretrizes para licenciamento ambiental de projetos de assentamento de Reforma Agrária.
112 Procedimentos a serem implementados no CONAMA para entendimento ao art. 16 parágrafo 5º da Medida
113 Provisória 2166/67. Bom, esse é o conjunto de temas, e é sobre eles que nós devemos fazer o nosso calendário e
114 os nossos encaminhamentos, como é que nós vamos trabalhar com toda essa agenda. Em discussão.

115 **Não identificado**

116 Eu acho que nós tínhamos que eleger as prioridades, os assuntos mais importantes, mais emergentes que estão aí
117 para pontuar.

130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194

Dominique – Assessora do CONAMA

Eu estava propondo que se relatasse cada um dos temas, porque tem temas que ninguém sabe qual é o conteúdo deles, algum que não é proposta de resolução, então, saber qual é o conteúdo de cada um. Então, o primeiro processo que é o de consolidação de proposta sobre APPs, na verdade, aqui só resta a sessão de silvicultura, o que nós temos nesse processo? Temos a proposta de resolução que está em pauta na Plenária e dessa Proposta de Resolução a Sociedade Brasileira de Silvicultura havia solicitado que se retirasse a sessão de Silvicultura até que houvesse um entendimento com o Ministério do Meio Ambiente. Esse entendimento já se logrou, já se tem uma minuta inicial do Ministério do Meio Ambiente, o que realmente falta antes da discussão dessa sessão é a visita aos empreendimentos silvícolas, que foi um acordo da reunião anterior, e a discussão com um especialista do IBAMA sobre a noção de topo de morro, que é uma noção muito difícil de se aplicar. Então, na verdade, nesse processo resta somente a sessão de silvicultura, e antes de discutir a minuta inicial do Ministério, essa visita e a discussão de topo de morro com o IBAMA. O segundo processo é o Seminário CONAMA sobre Recomposição, Recuperação, Restauração de APPs e Reserva Legal. Esse tema havia sido definido como uma prioridade do CONAMA, só que como já se avançou na discussão das exceções, a Câmara Técnica, em reunião anterior, decidiu concentrar o esforço do Seminário, não no aspecto de APP reserva legal de maneira geral, mas na parte de restauração e recuperação. Está encarregada de organizar esse seminário a SBF, a Secretaria de Biodiversidade e Floresta e a Secretaria Executiva do CONAMA, e está prevista a priori a realização desse seminário para o começo do semestre desse ano, em agosto ou setembro deste ano. Então, a Câmara Técnica que teria que propor palestrantes ou propor uma estrutura do seminário para apoiar a SBF na realização desse seminário.

Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional

Apenas para lembrar, alguém ia elaborar uma pré proposta para nós discutirmos aqui, isso está pronto?

Dominique – Assessora do CONAMA

A pré-proposta não está pronta, mesmo porque a SBF teve toda preparação da reunião de Campos do Jordão, eles agora então, vão entrar na organização desse seminário, eu imagino que para a próxima reunião da Câmara Técnica nós podemos trazer alguém da Secretaria para dar um primeiro esquema desse seminário.

Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA

Só uma observação Presidente, me permite, primeiro eu não apresentei a Dominique, ela não se apresentou, ela é técnica do CONAMA, assessora e tem trabalhado com essa Câmara Técnica para quem ainda não conhecia, e acompanha permanentemente essa Câmara. A outra é o seguinte: em relação a esse seminário, eu estou em contato com o Secretário de Biodiversidade e Floresta, Capobianco, para verificar se na próxima reunião ele já poderia trazer uma proposta de data, de programa, enfim um início de proposta para a Câmara Técnica em conjunto com a SBF definir então, sobre a realização desse seminário, porque ele tem uma importância muito grande. Há uma expectativa enorme no país sobre esse tema. Para se ter uma idéia, São Paulo, por exemplo, está tomando uma série de providências, de medidas, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente com relação à questão de reserva legal no Estado, nós temos na Amazônia, um pleito já antigo em relação à questão de recuperação, zoneamento, agora de Rondônia, é um item que está aí no final, zoneamento ecológico e econômico de Rondônia. Deverá vir para o CONAMA agora, para o CONAMA apreciar se está correta a proposta de redução da reserva legal em caso de recomposição. Isso tudo são matérias que o seminário vai se debruçar sobre ele, inclusive a compensação por área recuperada. Então, é uma matéria de interesses capital hoje no país. Eu acho muito importante que a Secretaria, eu vou acertar isso com ele, já traga uma proposta na próxima reunião para a Câmara apreciar e aí deliberar juntamente com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Dominique – Assessora do CONAMA

Os dois próximos processos, são processos individuais, mas a Câmara Técnica em reunião anterior, decidiu juntar os dois para discussão num só Grupo de Trabalho, e para a discussão no Grupo de Trabalho depois que acontecesse o seminário, que é a compensação, recuperação e recomposição da reserva legal, e a regulamentação das possibilidades de conversão de novas áreas. Então, esses dois temas estão pendentes da realização do seminário, porque o seminário vai dar insumo para a discussão no Grupo de Trabalho para elaboração da proposta de resolução. Logo vem o processo que trata da regulamentação do monitoramento do uso de recursos hídricos e normatização de metodologias de monitoramento. Esse tema havia aparecido também como uma das prioridades do CONAMA, mas ficou pendente a decisão se era um tema para ser elaborado pelo CONAMA ou pelo CNRH. Nós encaminhamos ao CNRH, solicitando por parte deles um parecer sobre a conveniência de nós tratarmos esse tema ou parte desse, ou deixar esse tema para eles. Então, esse tema está pendente da resposta do CNRH. O tema seguinte trata das normas para padronização dos procedimentos de monitoramento, tratamento, análise e sistematização dos dados para elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira. Porque esse tema chegou ao CONAMA? É que o Decreto 5300 de 2004, que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento

195 Costeiro, ele diz em seu art. 38, que compete ao MMA, em articulação com o Ibama, definir a metodologia e propor
196 ao CONAMA normas para padronização dos procedimentos de monitoramento, tratamento, análise e
197 sistematização dos dados para elaboração do RQA, no prazo de 360 dias a partir da data de publicação do decreto.
198 Então, supostamente essa proposta de resolução que deve vir do MMA e do IBAMA para o CONAMA, ela deveria
199 ser aprovada no CONAMA em dezembro deste ano. Então, a Câmara Técnica tem que ficar atenta em mobilizar o
200 Ministério e o IBAMA para que eles encaminhem até agora, e nós descobrimos esse artigo por acaso, nós não
201 sabíamos. Então, eu proponho que a Câmara Técnica, que em nome da Câmara Técnica se envie um ofício para a
202 Secretaria do Ministério e para o IBAMA solicitando que eles trabalhem sobre esse tema. O terceiro tema trata do
203 processo que estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de projetos e assentamentos da Reforma
204 Agrária. Só para vocês lembrarem que a Resolução 318 estabelecia e definia que o Plenário tinha que apreciar
205 essa Resolução que já existe. Ela deveria ser apreciada até dezembro de 2004, mas na Reunião 76 foi elaborada a
206 nova resolução que prorrogava esse prazo para dezembro de 2005. Então, para dezembro de 2005 a Secretaria de
207 Qualidade Ambiental tem que apresentar ao Plenário a sua avaliação da implementação dessa resolução que trata
208 de licenciamento ambiental de projetos de assentamento de Reforma Agrária, e da mesma maneira que no ponto
209 anterior, a Câmara Técnica tem que ficar atenta que a SQA produza os documentos e faça apresentação, prepare a
210 apresentação adequada, para que nós não tenhamos que, em dezembro deste ano, voltar a fazer nova resolução
211 prorrogando novamente. Então, esse não é um trabalho específico da Câmara, é só ela ficar atenta e encaminhar
212 os ofícios e memorandos necessários para que se faça o trabalho. A SQA já promoveu com o INCRA vários
213 seminários, várias reuniões em todo o Brasil, faltavam algumas reuniões, terminando os seminários nessas
214 diferentes reuniões, eles tinham que fazer um relatório e apresentar esse relatório ao CONAMA. Então, nós como
215 Secretaria Executiva, vamos estar atentos que a SQA apresente o relatório a tempo, na última reunião do ano. E o
216 último ponto trata do zoneamento ecológico e econômico. Por quê? Porque na Medida Provisória 2166, no art. 16,
217 diz que o Poder Executivo, se for indicado pelo ZEE e pelo zoneamento agrícola, ouvidos o CONAMA, o Ministério
218 do Meio Ambiente, e o Ministério da Agricultura e Abastecimento, poderá: 1 - Reduzir para fins de recomposição, a
219 reserva legal, na Amazônia Legal, para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas em qualquer caso,
220 as APPs, os ecótonos, os sítios e os sistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e
221 os corredores ecológicos e, 2 - Ampliar as áreas de reserva legal em até 50% (cinquenta por cento) dos índices
222 previstos nesse código em todo o território nacional. Resumindo, caso um Estado faça um ZEE que aumente ou
223 reduza a reserva legal, esse ZEE tem que passar pelo crivo do CONAMA, Ministério do Meio Ambiente e Ministério
224 da Agricultura. Nós não temos aqui no CONAMA nenhum procedimento para fazer esse tipo de análise, então acho
225 que seria importante, e vai recair na Câmara Técnica de Gestão Territorial, que a Câmara Técnica decida qual o
226 procedimento que ela vai usar para analisar esse zoneamento e dar o seu parecer. Sabendo que já temos o caso
227 do zoneamento de Rondônia, que está pronto, e que vai chegar ao CONAMA rapidamente. Então, seria uma
228 discussão da Câmara, como que ele procederia dentro da Câmara, ou a Câmara com o Ministério do Meio
229 Ambiente, porque aqui é citado o CONAMA, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura. Então, que a
230 Câmara decida se ela analisa só, passa para o Ministério, que depois passa para o Ministério da Agricultura, ou
231 identifica, cria um tipo de grupo com pessoas do Ministério da Agricultura para ser uma análise só da parte
232 ambiental, isso é uma discussão interna. Então, basicamente enquanto há resoluções, a curto prazo, a sessão
233 silvicultura nas APPs, isso é uma discussão de resolução. Resolução a médio prazo, é a questão da compensação,
234 recuperação e recomposição da reserva legal e a conversão, mas isso depois de acontecer o seminário, e os outros
235 temas não são resolução. Nós teríamos que esperar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a questão da
236 metodologia de monitoramento dos recursos, e os outros temas é basicamente cuidar que as Secretarias e os
237 Ministérios envolvidos entreguem à Câmara Técnica os documentos a tempo, para que eles sejam analisados.

238 239 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

240
241 Eu falei agora, a pouco, com o secretário Capobianco, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, e ele se
242 comprometeu, em conjunto conosco da Secretaria do CONAMA, trazer na próxima reunião, isso pode ser pautado
243 já, uma proposta preliminar para o Seminário sobre Recuperação de Reserva Legal e APP.

244 245 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

246
247 Pelo relato da Dominique, na realidade, algumas das ações nossas dependem do trabalho de outras pessoas.
248 Então, eu acredito que duas delas, que é enviar ofício, pedir que elaborem proposta, que é o item 6, as normas para
249 a questão do RQA da zona costeira e a do licenciamento ambiental. Então, eu acho que sairia rapidamente, eu
250 sugeriria que a decisão da Câmara seja que a Diretoria do CONAMA envie logo esses ofícios e peça para eles...
251 Isso, licenciamento e reforma agrária. Quer dizer, esses dois itens, vamos dizer, nós matamos eles, enviando esse
252 ofício. Eu teria uma sugestão, eu queria ver isso com a Alexandra, porque como a Alexandrina também é membro
253 da Câmara Técnica aqui, e ela eu sei que nós trabalhamos um pouco na questão do ZEE da Zona Costeira e etc.,
254 nós fizemos muitas reuniões lá no Ministério da Integração com relação a isso, até porque nós estávamos
255 financiando o ZEE da Zona Costeira do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, eu sugeriria também Nilo,
256 que além de enviar esse ofício, fizesse um contato com ela, se ela não poderia, em nome até da Câmara, liderar um
257 pouco isso junto com a Alexandra, porque ontem, inclusive nós tivemos uma palestra do pessoal da SPU lá na
258 reunião da interdição administrativa e a moça lá estava colocando as atribuições, e isso foi muito debatido. Eu acho

259 que as duas pessoas que deveriam liderar junto com o ofício, seria a nossa colega lá da SPU junto com a
260 Alexandrina porque ela vive um problema concreto e tem uma discussão acumulada.

261
262 **Alexandra Reschke – Secretária do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e**
263 **Gestão**

264
265 Na verdade, a SPU está participando do Grupo de Gerenciamento Costeiro, e é justamente a Aloize, que é a
266 Diretora de Gestão Patrimonial que estava lá ontem. Então, as informações mais detalhadas eu posso trazer, em
267 que ponto nós estamos, porque tem essa discussão acontecendo, e atualizando para a Câmara, podemos traçar aí
268 qual seria a nossa melhor forma de colaboração nesse item que é primordial mesmo.

269
270 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

271
272 Eu consulto os colegas se nesses dois pontos nós damos esse encaminhamento, de enviar em ofício, e no caso do
273 RQA deixar com a Alexandrina e a Alexandra, as duas, que elas liderem esse processo e nós vamos cuidando das
274 outras coisas. Com relação à regulamentação da metodologia, monitoramento de recursos hídricos, eu consulto o
275 Nilo. Nós ficamos esperando que o CNRH se posicione. Eu consulto os outros colegas se esse procedimento, nós
276 damos mais um tempo, se eles na próxima, ou na seguinte não se pronunciarem, nós vemos o que fazemos. Com
277 relação ao ZEE de Rondônia, eu queria consultar o Diretor, o que ele nos sugeriria nesse tema, o que nós devemos
278 adotar.

279
280 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

281
282 Esse tema vai ser muito importante porque nós estamos vivendo a fase dessa “última crise” do aumento do
283 desmatamento na Amazônia, e uma das medidas, que de alguma maneira vão se fortalecer daqui para frente, é o
284 incentivo para que se façam os zoneamentos ecológicos econômicos estaduais, e possivelmente até que reinicie o
285 processo de zoneamento regional. Então, o CONAMA vai abrir uma frente de trabalho grande, eu acho, daqui em
286 diante porque Rondônia já está pronto o zoneamento desde 2000, só que tinha um problema na justiça em função
287 de um aspecto do zoneamento que estava em contradição com o Código Florestal e a Medida Provisória 2166. A
288 Assembléia Legislativa do Estado, um pouco antes dessa crise que nós estamos vendo lá em Rondônia, aprovou
289 uma adequação do zoneamento à Legislação Federal. Então, com essa condição agora, o zoneamento deverá vir
290 de Rondônia, deverá vir agora nos próximos dias para o Ministério do Meio Ambiente e para o CONAMA, para
291 justamente se manifestar, o CONAMA se manifestar sobre a redução que eles estão propondo, da reserva legal,
292 para efeito de recomposição, que isso a Medida Provisória permite, desde que o zoneamento regulamente, e o
293 zoneamento deles regulamenta esse aspecto permitindo a recomposição de área que já foi desmatada em mais de
294 50% (cinquenta por cento) da propriedade, a reserva legal é de 80% (oitenta por cento) em áreas de florestas, mas
295 para efeito de recomposição o produtor não precisaria recompor 80% (oitenta por cento) da propriedade, ele poderia
296 recompor num prazo de trinta anos 50% (cinquenta por cento), mas a Medida Provisória manda que o CONAMA
297 aprecie o zoneamento. Aqui nós temos, inclusive um representante da Kanindé que é de Rondônia, acompanhou
298 bem esse processo, e agora eles estão mandando isso para cá, o CONAMA tem que se debruçar sobre o
299 zoneamento, analisar, e aí a Câmara Técnica talvez vai ter que criar um Grupo de Trabalho, designar, ou solicitar
300 que o Ministério do Meio Ambiente, faça a análise, encaminhe e apresente à Câmara Técnica. Pode ser uma
301 solução, porque o Ministério também tem que ser ouvido e tem que manifestar. Então, talvez possa fazer o serviço
302 também para o CONAMA apresentar aqui e submeter à apreciação da Câmara Técnica e do Plenário, esse pode
303 ser talvez um encaminhamento. Mas, nada disso vai começar ou vai dar início sem antes chegar a demanda formal
304 de Rondônia para que o CONAMA aprecie a matéria. Então, nós não temos aqui, eu acho que a Câmara não tem
305 nenhuma providência a ser tomada neste momento. Esse ponto nós fizemos questão de colocar porque ele vai vir,
306 e depois que vier Rondônia, vem o Pará, vem o Acre, todos os três estados já estão com o zoneamento
307 praticamente pronto. O Acre, que eu acho que está um pouco mais atrasado, mas o Pará, parece que já foi até para
308 Assembléia Legislativa votar.

309
310 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

311
312 Já foi aprovado, o macro zoneamento já foi aprovado, já é lei, inclusive com votos da bancada governista estadual,
313 PT, os partidos da base aliada foi aprovado por unanimidade. O PT apresentou treze emendas, de treze emendas
314 nove foram acatadas.

315
316 **Luis Carlos Maretto - Kanindé**

317
318 Só fazer uma complementação aqui. Pelo fato de morar em Rondônia e conhecer de perto a realidade com relação
319 a zoneamento, nós achamos que tem que ter uma definição com relação a essa questão do zoneamento, porque
320 cria um grande antagonismo entre uma Lei Federal e uma Lei Estadual, e enquanto isso não se resolve, não se
321 decide, cada vez mais vai sendo desmatado mais. Então, é uma coisa que o povo lá espera que seja definido, que
322 seja resolvido isso o mais depressa possível.

323

324 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

325
326 Então, pela falação do Nilo, eu acho que nós ficamos aguardando chegar, e até lá pensamos se cria Grupo de
327 Trabalho, porque o MAPA também tem que se pronunciar sobre ele, então, até lá nós pensamos qual seria o melhor
328 encaminhamento. Eu consulto os colegas se nesse ponto nós encaminhamos nessa direção. Bom, o seminário, ele
329 morreu também porque o Nilo já conversou com o secretário Capobianco, então, vai ser apresentada uma proposta
330 na próxima reunião, aí fica para a próxima reunião, morreu também. Os itens três e quatro nós só podemos nos
331 pronunciar depois que houver o seminário. Eu acredito que também morreu. O que está mais pendente é a questão
332 lá da minuta da visita, e aí Caron a governabilidade é sua, porque, Nilo, vai estar confirmada aquela reunião do
333 CONAMA em Cuiabá em quinze e dezesseis?

334
335 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

336
337 Não está confirmada não, é até bom avisar aqui que a Reunião Plenária Ordinária foi transferida de quatorze e
338 quinze de junho para cinco e seis de julho, isso em função do número muito grande de emendas que nós
339 recebemos para APP, e que vai ter que ser feito um bom trabalho de sistematização e de divulgação entre os
340 conselheiros, e também compensação ambiental, não fechou na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, aí o prazo
341 de quinze dias para divulgar a resolução aprovada pela Jurídica, quinze dias até a plenária, ficou prejudicada,
342 porque a jurídica vai ter que se reunir de novo para apreciar a matéria junto com a Câmara de Unidade de
343 Conservação na próxima segunda-feira, segunda e terça, a Câmara Jurídica se reúne. Isso são seis e sete, então,
344 já são menos de quinze dias até quatorze e quinze de junho. Então, com esses dois fatores, o CIPAM foi obrigado a
345 adiar a Plenária para cinco e seis de julho. Com isso, essa Plenária vai ser em Brasília. A hipótese de uma reunião
346 que foi praticamente aprovada, não chegou a ser aprovada, mas foi encaminhada na plenária em Campos do
347 Jordão, vai ser uma reunião extraordinária, não vai ser uma reunião deliberativa, não é obrigatório o quorum
348 mínimo, é uma reunião para apresentação de medidas que estão sendo tomadas, tanto pelo Estado do Mato
349 Grosso, quanto pelo Governo Federal em relação ao Plano de Combate ao Desmatamento. Então, essa reunião vai
350 ser marcada, está havendo um entendimento ainda com o Governo do Mato Grosso, ainda não tem uma decisão.
351 Assim que tivermos alguma indicação, provavelmente nós vamos ter que reunir o CIPAM para tomar uma decisão e
352 marcar a reunião. Provavelmente essa reunião no Mato Grosso vai ser ainda em junho, nós estamos com o
353 calendário bem corrido.

354
355 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

356
357 Então, eu acho que salvo entendimento diferente dos colegas, nós devemos fazer essa visita e começar logo o
358 debate dessa minuta, que inclusive, vai nos ajudar nos posicionamentos das emendas feitas, antes até da reunião
359 de cinco e seis de julho, de modo que quando nós formos discutir as emendas apresentadas, nós já tenhamos, nós
360 próprios, acumulado um pouco dessa discussão da silvicultura, e se for o caso, até alguma outra emenda que esteja
361 lá, nós consigamos matar esse tema já no dia cinco e seis.

362
363 **Marcílio Caron Neto – CNI Setor Florestal**

364
365 A minha sugestão, é que nós pudéssemos discutir um calendário porque eu tenho que resgatar agora as datas, eu
366 tenho que entrar em contato com o Ministério do Meio Ambiente com o professor Kageyama para ver a
367 disponibilidade dele, para ele vir fazer a apresentação dessa proposta que já está de posse do CONAMA, e
368 organizar aquela reunião lá em Minas Gerais, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente de Minas, etc. Então,
369 eu sugiro o seguinte, que na próxima reunião nós marquemos, pode ser nesse mês de junho, para que nós
370 possamos discutir a respeito das datas, para ver a conveniência das pessoas, porque há importância que estejam
371 presentes os sete conselheiros da Câmara, bem como o pessoal técnico do Ministério do Meio Ambiente que vai
372 fazer a apresentação, e de todas as pessoas que estão inseridas dentro da discussão. Então, eu acho que nós
373 deveríamos marcar o quanto antes, talvez na primeira quinzena de junho ainda, uma reunião da Câmara para que
374 nós pudéssemos estabelecer, trazer essas datas e ver a disponibilidade de todos para nessas datas nós fazemos
375 essa reunião. Essa é a minha sugestão.

376
377 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

378
379 Caron, deixa eu só te consultar numa coisa, você mesmo disse que era interessante até, que essa apresentação
380 que o Ministério fosse fazer, fizesse lá nesse um dia, dois dias que nós ficaríamos lá em Minas, ali nas redondezas.
381 A minha sugestão, eu quero ver isso contigo, de que você traga três datas da reunião lá em Minas, porque aí a
382 Dominique providencia, manda para todos, e naquela em que pelo menos cinco aderirem, nós marcamos e já
383 fazemos logo a reunião lá com a apresentação da minuta, a visita e espero que essas três datas seja antes do dia
384 cinco e seis de julho.

385
386 **Dominique – Assessora do CONAMA**

387

388 Eu não vejo a necessidade de fazer isso antes do dia cinco e seis, porque realmente essa proposta de silvicultura
389 não tem a ver com a proposta de APP que está na pauta da plenária, eu acho que isso pode ser independente.

390
391 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

392
393 Eu também acho, mas o tema é a mesma coisa, APP, entendeu Dominique.

394
395 **Dominique – Assessora do CONAMA**

396
397 Mas a questão da silvicultura, ela está tratando do passivo e a proposta que está sendo discutida, são as exceções
398 que permitem o uso de APP a futuro. Eu, até mesmo, em um momento da discussão da Câmara Técnica tinha
399 proposto que a silvicultura saísse, porque ela não estava no espírito daquela resolução. Então, eu acho que são
400 duas coisas independentes.

401
402 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

403
404 Nós já tivemos, fizemos já, a Dominique está reunindo as emendas todas de APP, e nós já verificamos, não tem
405 emenda que trate especificamente de inclusão de silvicultura, até agora não vimos isso, não tem mesmo.
406 Efetivamente, o prazo de emendas já fechou então, na plenária de cinco e seis, as emendas vão ser discutidas, a
407 resolução, mas o tema silvicultura, não vai entrar de forma alguma, nem agricultura, porque não têm emendas
408 referentes a ela. Como ela já disse, como se refere a passivo e ficou fora, poderia ter entrado, mas ficou fora dessa
409 resolução, então pode ser feito antes da plenária do dia cinco e seis e pode ser feito depois também, dependendo
410 da conveniência da Câmara Técnica, não há uma urgência que se faça antes da plenária não. Essa informação
411 tranquiliza o calendário.

412
413 **Marcílio Caron Neto – CNI Setor Florestal**

414
415 Está muito em cima, mas eu vou fazer o esforço possível para que façamos o mais rápido possível.

416
417 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

418
419 E a sugestão que eu faço é, quando nós marcarmos essa visita, se for logo, no prazo de um mês ou um pouco
420 mais, eu sugiro que seja uma reunião mesmo, eu acho que é assim que está sendo entendido, uma reunião da
421 Câmara Técnica, inclusive com essas pautas que nós estamos prevendo, se for a próxima reunião que já seja com
422 as pautas que estamos prevendo. Por exemplo, eu vou sugerir ao secretário Capobianco que já, se ele mesmo não
423 puder ir, indique um técnico que vá nessa reunião, já para apresentar a proposta do seminário, enfim uma reunião
424 normal da Câmara Técnica, uma reunião de trabalho, que vai ter uma parte considerável dela dedicada ao tema da
425 visita e tudo, mas não vai fechar a pauta para os outros assuntos que eu acho que também vai ter que aproveitar
426 essa reunião, isso se for a próxima. Agora, se não for a próxima, tiver um espaço maior.

427
428 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

429
430 Acho que nós ficamos dependentes de você conseguir, ver essas três datas. Bom, eu queria consultar os outros
431 conselheiros se estamos de acordo com essa pauta toda? Nossa pauta acabou, assuntos gerais.

432
433 **Dominique – Assessora do CONAMA**

434
435 É uma coisa que tem haver ainda com essa questão de topo de morro, é um encaminhamento de um ofício da
436 Secretaria de Meio Ambiente de Campos do Jordão, questionando novamente a questão de topo de morro. Então,
437 eu acho que isso vai ser, tem topo de morro, tem outras coisas como a linha de (...) que é uma definição na
438 Resolução 303 que não significa..., é se você definir a APP de linha (...) tudo é APP no Brasil, salvo algumas
439 planícies. Você pega os morros, liga eles entre eles, é para você ligar todos os morros que está, na realidade, de
440 uma bacia, todo o horizonte que você vê, normalmente seria APP de linha (...). Na verdade, a linha (...) inclui o topo
441 de morro, então foi uma coisa, eu não sei como é que saiu nessa resolução.

442
443 **Não identificado**

444
445 Eu até queria sugerir essa discussão, porque a 303, as definições que ela tem que de topo de morro, nós estamos
446 protelando a discussão com a agricultura, que eu acho que era uma grande oportunidade, nós estamos discutindo
447 topo de morro da silvicultura, nós tínhamos que trazer para a discussão a agricultura, porque pela definição de topo
448 de morro que está na 303, realmente, nos estados, que não tiver o privilégio de ter um relevo igual a essa mesa, o
449 restante vai ser topo de morro. Eu sugiro, a Embrapa de Campinas tem um trabalho excelente a respeito, eles
450 fizeram um levantamento para o Ministério da Agricultura a respeito do comprometimento da Resolução 303 na
451 atividade agrícola do país. Se as pessoas tomarem essa informação, nós vamos inviabilizar a agricultura familiar no
452 Brasil. Se tiver dentro dessa definição que aí está. Então, eu queria chamar a atenção porque a Dominique colocou

453 um ponto, e o (...) o Presidente do IAPE lá de Campos do Jordão, ele fez uma colocação que para mim é primordial,
454 ele se referiu o dantes, quer dizer, toda aquela atividade que hoje está em cima de topo de morro, vamos tirar a
455 mineração e a questão de áreas urbanas consolidadas que está sendo discutida nessa, mas as outras atividades
456 que estejam em cima? Eu acho que caberia a nós um pouco mais de paciência para discutir esse assunto com a
457 maior profundidade e com maior responsabilidade. Eu já sugiro à Câmara que nós possamos trazer a pessoal da
458 Embrapa que trabalhou em cima, pegando a definição da 303 e colocando para uma realidade nossa, era
459 importantíssimo que, talvez até lá em Minas, nessa reunião, nós já pudéssemos fazer um encaminhamento da
460 própria comissão, um convite da comissão para que eles fizessem essa apresentação lá. É importante isso.

461
462 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

463
464 Eu também acho que, viu Nilo, nós podíamos chamar, depois que ele trouxe as três datas, nós chamarmos o
465 pessoal da Embrapa Campinas e ir lá também para Belo Horizonte. Você tem razão, eu tenho várias fotos na
466 viagem que eu fiz a Recife e João Pessoa, a cultura da cana, ela é feita em topo de morro ali no litoral, toda, e é
467 feita a mais de duzentos anos, café, uva no Rio Grande do Sul, quer dizer, nós temos a agricultura em topo de
468 morro, que esse problema foi levantado há dois três anos atrás, e nós mineiramente tocamos outros e deixamos a
469 agricultura e silvicultura, mas queremos agora mexer com silvicultura. Eu acho que seria interessante então, na
470 reunião de Belo Horizonte, também chamar o pessoal de Campinas para estar lá presente.

471
472 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

473
474 Presidente, só uma observação, eu estou converso ano aqui com a Dominique, esse é um outro item, uma outra
475 pauta importante para essa Câmara Técnica. Eu não digo a revisão da 303, que seria um trabalho muito
476 complicado, abriria também uma frente que eu acho que não é o momento, mas talvez um trabalho de redefinição
477 para alterar esse dispositivo apenas seja realmente útil. Com base nessa intervenção da Embrapa, a Câmara
478 eventualmente abrir um processo para redefinir o que está ali na 303. É uma pauta da maior importância.

479
480 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

481
482 Há algum outro assunto de assuntos gerais? Bom, então, morreu assuntos gerais. Encerramento. Algum
483 Conselheiro gostaria de se pronunciar antes de encerrarmos? Bom, então, nem um Conselheiro querendo se
484 pronunciar, agradecemos a presença de todos e declaramos encerrada esta Sessão. Um abraço e bom dia.